



# INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA TRANS. REFLEXÕES PSICOSSOCIAIS SOBRE A SUA ABORDAGEM

**Palavras-Chave:** TRANSEXUALIDADE, INFÂNCIA, ADOLESCÊNCIA

**Autores(as):**

**PIETRA VIGNOTTO DA CUNHA, FACHS – PUCSP**

**Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. CARLA CRISTINA GARCIA, FCS – PUCSP**

---

## INTRODUÇÃO

A presente Iniciação Científica usa o termo “pessoas trans” em todo o corpo do texto no intuito de englobar toda pessoa que se identifica com um gênero diferente daquele atribuído no nascimento ou que expressam sua identidade de gênero de forma não normativa, incluindo, portanto, transexuais, transgêneros, não binários, intersexo e *genderqueers*. Foi adotada a noção de Bento (2008) que compreende a transexualidade como uma experiência identitária, marcada pelo conflito com as normas de gênero.

O objetivo da pesquisa é analisar como se dá o imaginário científico e social acerca das crianças e adolescentes trans, identificando e historicizando instituições sociopolíticas responsáveis pela produção e manutenção dos modos de operação da gestão de morte (física e simbólica) de dissidentes sexuais e de gênero, descrevendo especificamente a relação entre necropolítica e infâncias trans à luz da interseccionalidade no território brasileiro.

A partir de uma abordagem crítica e ética, propomos discutir abordagens despatologizantes que levem em conta as três esferas de reconhecimento elaboradas por Honneth (2009) a saber: “reconhecimento emocional”, concretizado em ser aceito como se é, ou seja reconhecer a criança e o adolescente em sua individualidade, em seu contexto pessoal e social; "reconhecimento legal", especificado em ser sujeito de direitos e deveres, gerador de autorrespeito e “reconhecimento social”, que se efetiva no reconhecimento das contribuições positivas dos sujeito.

## METODOLOGIA

Para a realização deste estudo, adotou-se uma metodologia qualitativa, que consiste em uma revisão crítica da bibliografia disponível sobre o tema da necropolítica e das infâncias e adolescências trans no Brasil. Assim, o objetivo é analisar o estado da arte nessa área, captar as principais ideias acerca da problemática e sistematizar e relacionar os conteúdos a fim de construir uma compreensão

interseccional e abrangente acerca da vivência de crianças e jovens de dissidentes sexual e de gênero no país.

Foi realizado um levantamento bibliográfico abrangendo diversas áreas do conhecimento, como história, psicologia social, pedagogia, sociologia e educação, que contemplem a questão. O foco foi em produções brasileiras dos últimos cinco anos, como artigos, teses, livros, entrevistas e periódicos, de forma a obter uma visão atualizada e relevante sobre o assunto.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

Predomina no ocidente um sistema binário dos sexos (vagina-mulher-feminino *versus* pênis-homem-masculino), que cria e mantém a noção de que o gênero reflete o sexo na constituição do sujeito, caracterizando uma determinação onde “a natureza constrói a sexualidade e posiciona os corpos de acordo com as supostas disposições naturais” (Bento, 2008, p. 17). No entanto, é preciso frisar que a própria compreensão binária foi construída historicamente.

Somente no século XIX ganha força o dimorfismo da sexualidade, que propõe que a organização social deveria ser ditada e orientada pela natureza, capturando campos e marcando-os pela diferença sexual - como a sexualidade, performances e identidades de gênero e a própria subjetividade. É a partir da radical oposição dos sexos e seus respectivos papéis que a transexualidade passa a ser uma reivindicação ousada que põe em conflito os limites entre masculino e feminino. Como consequência, os transexuais “podem ser capturados pelas normas de gênero mediante a medicalização e patologização da experiência” (Ibid., p. 22) já que diversos campos científicos passaram a considerar o transexual como doente.

Ainda hoje a transexualidade está inclusa no DSM (Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais da Associação Americana de Psiquiatria) e no CID (Código Internacional de Doenças da Organização Mundial de Saúde). A atual versão do DSM-V mudou o nome do diagnóstico de "transtorno de identidade de gênero" (presente nas duas versões anteriores) para "disforia de gênero" a fim de equilibrar duas questões importantes: por um lado, manter o acesso aos cuidados de saúde e, por outro, reduzir o estigma associado à procura de cuidados de saúde mental (Suess-Schwend, 2017). Entretanto, essa situação não se corrige propondo uma simples mudança de nome, mas sim através de um processo de "ressemantização" crítica, de denúncia e desconstrução desses conceitos. Não se deve ignorar o fato de que a linguagem não apenas descreve o mundo, mas também o cria.

Portanto, a definição e descrição do novo diagnóstico, assim como as anteriores, não pergunta se as normas de gênero estão erradas. A disforia é entendida como inerente à experiência transexual, e tem como consequência um questionamento do indivíduo, que sofreria de um transtorno, ao invés de questionar a matriz normativa em que está imerso e que funciona por meio da exclusão e coerção das pessoas que saem da norma (Butler, 2018).

A transexualidade, longe de ser algo abominável ou abjeto, revela mais uma expressão da diversidade humana. Por essas razões, os estudos devem se concentrar não no indivíduo (que é diagnosticado e patologizado), mas nos dispositivos de controle que exercem violência contra pessoas cuja identidade ou expressão de gênero não normativa questiona o sistema binário de gênero (Gabaldón, 2016).

Frente a esse cenário, a experiência transexual ganha ainda mais complexidade em quesitos legais, médicos e sociais quando vivenciada por crianças e adolescentes. A discussão inicia-se no reconhecimento da existência de crianças trans, visto que há pessoas tanto no mundo científico quanto fora dele que não validam tais infâncias, reproduzindo discursos ainda baseados em pressuposto patologizantes e cisnormativos.

Dessa forma, ao listar certas características como critério diagnóstico da disforia de gênero em crianças nos manuais de saúde, os médicos não identificam uma espécie de transtorno mental, mas sim ratificam um suposto correto desenvolvimento do gênero ao fabricar meninos-masculinos e meninas-femininas, ditando como, com o que e com quem as crianças devem conviver e brincar (De Oliveira Preu; Brito, 2019). Conseqüentemente, qualquer criança que não corresponda a cisnormatividade supostamente “natural” torna-se alvo de discriminação ao ser vista como anormal. Isso porque, conforme posto desde o higienismo sob influência do discurso médico-estatal, é responsabilidade da sociedade, da escola e sobretudo dos pais impedirem que a criança desvie dos padrões binários de sexo-gênero estabelecidos, gerando uma espécie de educação preventiva e opressiva desde a raiz.

Nesse sentido, pode-se dizer que há a operação de uma necropolítica trans, voltada para a morte física e simbólica dessa população desde as primeiras manifestações e possibilidades de existência ainda na infância e adolescência. O conceito de necropolítica foi cunhado por Achille Mbembe (2018) que, expandindo noções foucaultianas, trata da subjugação da vida ao poder da morte em que determinadas instituições sociais e federais se encarregam de fazer a gestão sobre como morrer e sobre quem deve morrer. Atentando-se ao fato de que na modernidade, o monopólio da violência não se encontra somente no Estado, mas é ministrada por diversas entidades diferentes a fim de violentar sistemática, estrutural e institucionalmente determinados corpos.

Constantemente são realizadas tentativas de silenciamento e aniquilamento de infâncias e adolescências trans, vistas no meio artístico, científico e social e político. Assim, a capacidade necrófila opera antes mesmo do nascimento através do uso de “tecnologias impositivas, prescritivas (e não somente descritivas) como a própria ecografia” (Caravaca-Morera; Padilha, 2018, p. 5).

A necropolítica trans evidencia-se quando analisamos dados que apontam o Brasil como o país que mais assassina a população trans no mundo há 14 anos, onde a expectativa de vida dessas pessoas é de apenas 35 anos em contrapartida à média da população em geral de 76,2 anos - consequência máxima de discursos intolerantes à diferença sexual e de gênero. Outra forma de exclusão (e conseqüente exterminação) socioeconômica presente na realidade brasileira é vista na dificuldade que as pessoas trans

têm de se inserirem no mercado de trabalho, fazendo com que 90% dessa população tenham como principal fonte de renda a prostituição (ANTRA, 2023).

Ainda, pode-se pensar na operação da necropolítica direcionada a diferentes corpos além da população trans. No Brasil, outras minorias subalternizadas (mulheres, pobres e negros) são alvos diariamente dessa gestão mortífera, ministrada por diferentes instituições e estruturas. Por isso, urge traçar e identificar quem são esses jovens e adultos trans para que possamos inseri-los em um estudo interseccional, buscando capturar as consequências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos da subordinação (Crenshaw, 2002).

A Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA) realiza anualmente um importante dossiê mapeando assassinatos e violências contra travestis e transexuais brasileiras que ajuda a compreender a dimensão interseccional. Sua publicação mais recente referente ao ano de 2022 permite identificar elementos em comum das vítimas que aparecem de forma recorrente todos os anos. Dentre eles, destaca-se o fato da maioria das vítimas terem entre 13 e 29 anos; ser negra, empobrecida e que reivindica ou expressa publicamente o gênero feminino; estéticas e aparências não-normativas como fatores de alto risco; o fato de os crimes ocorrerem majoritariamente em local público e, sobretudo, a ineficácia da justiça em concluir a investigação e responsabilizar o autor da violência. Devido a esse cenário, cunhou-se o termo afronecrotransfobia, referindo-se a política de extermínio real e simbólico de pessoas trans e negras. (Rego, 2019).

Logo, são inadiáveis medidas de enfrentamento e resistência que unam diferentes movimentos sociais, voltadas não só ao desenvolvimento de novas maneiras de se compreender as identidades de gênero e sexuais - desconectando-as de etiologias biológicas e sociais - mas também de lutar contra o racismo e as demais discriminações presentes no Brasil e que reforcem o entendimento de que a transexualidade não é uma distorção ou uma inconsistência. Não há transtorno de identidade ou problema de identidade na infância. Não há mais conflito ou disforia do que o que a sociedade conseguiu criar.

## CONCLUSÕES

A necropolítica trans, principalmente quando combinada com outros eixos de opressão de minorias, não apenas retira a vida dos indivíduos, mas também os exclui de espaços públicos, do mercado de trabalho, restringe suas redes de afeto e enfraquece as políticas públicas voltadas para essa população. Até mesmo as produções científicas sobre crianças trans se mostram escassas e ainda patologizantes, desconsiderando um olhar crítico, ético e integral.

No Brasil, ainda sob influência das ordens higienistas, a escola, sociedade, família e o Estado mantêm-se unidos no compromisso de proteger as crianças, no entanto, tal discurso é direcionado apenas a um tipo ideal de criança. Como aponta Preciado (2020, p. 69-70) os guardiões da família e da infância

“invocam a figura política de uma criança que eles constroem de antemão como heterossexual e de gênero normatizado [...] essa infância que eles pretendem proteger está cheia de terror, de opressão e de morte”.

Portanto, alcançar as três esferas do reconhecimento propostas por Honneth (2009) é essencial para promover uma realidade mais justa e igualitária para crianças e adolescentes transexuais no Brasil. O amor, o respeito e a solidariedade são pilares fundamentais para garantir o pleno exercício dos direitos e a dignidade desses jovens, permitindo que sejam reconhecidos e valorizados em sua identidade de gênero. Somente com a atuação conjunta das esferas familiares, sociais e políticas é possível construir uma sociedade mais acolhedora e inclusiva.

---

## **BIBLIOGRAFIA**

BENTO, Berenice. **O que é a transexualidade**. São Paulo: Brasiliense, 2008.

HONNETH, Axel. **Luta por reconhecimento: a gramática moral dos conflitos sociais**. Editora 34, 2009.

SUESS-SCHWEND, Amets. Gender diversity in childhood: a human right. **Archives of Sexual Behavior**, v. 46, n. 8, p. 2519-2520, 2017.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Editora José Olympio, 2018.

GABALDÓN, Sabel. La transexualidad medicalizada: una mirada ética. **Bioética & debat: tribuna abierta del Institut Borja de Bioètica**, v. 22, n. 79, p. 3-8, 2016.

DE OLIVEIRA PREU, Roberto; BRITO, Carolina Franco. Patologização da Transexualidade: Uma leitura crítica das transformações ocorridas nas três últimas versões do DSM. **Revista Gênero**, v. 19, n. 2, p. 134-154, 2019.

MBEMBE, Achille. **Necropolítica: biopoder, soberania, estado de exceção e política da morte**. São Paulo: n-1 edições, 2018.

CARAVACA-MORERA, Jaime Alonso; PADILHA, Maria Itayra. Necropolítica trans: diálogos sobre dispositivos de poder, morte e invisibilização na contemporaneidade. **Texto & Contexto-Enfermagem**, v. 27, 2018.

BENEVIDES, Bruna G. Dossiê: assassinatos e violências contra travestis e transexuais brasileiras em 2022. **ANTRA (Associação Nacional de Travestis e Transexuais)** – Brasília, DF: Distrito Drag; ANTRA, 2023.

CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. **Revista Estudos Feministas**, v. 10, p. 171-188, 2002.

REGO, Yordanna Lara Pereira. Reflexões sobre afronecrotransfobia: políticas de extermínio na periferia. **Humanidades & Inovação**, v. 6, n. 16, p. 167-181, 2019.

PRECIADO, Paul B. **Um apartamento em Urano: crônicas da travessia**. Editora Zahar, 2020.